

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À LEITURA E INFORMAÇÃO NO BRASIL

Data de submissão: 07/05/2023

Data de aceite: 02/06/2023

Suênio Campos de Lucena

Prof. Dr. Pleno do Curso de Relações Públicas da UNEB, Universidade do Estado da Bahia/Departamento de Ciências Humanas. Salvador – Bahia.
orcid.org/0000-0001-8961-0558.

Cristiano Vileno Conceição Santos

Graduando da Faculdade de Educação da UFBA, Universidade Federal da Bahia. Graduado em Administração pela UNIFACS – Universidade Salvador, com Especialização em Gestão de Departamento Pessoal e Legislação. Salvador – Bahia
lattes.cnpq. br/0103883420821129.

Eunice de Jesus Santos

Doutoranda em Ciências da Informação do Instituto de Ciências da Informação da UFBA, Universidade Federal da Bahia. Salvador – Bahia.
lattes.cnpq.br/5347530596090145.

RESUMO: Este artigo discute processos históricos do Brasil sobre acesso à leitura e informação. Enquanto o Estado brasileiro reflete sobre o controle da informação, veremos que essa situação também diz respeito à escassez da leitura, bem

como, ao acesso a acervos e bibliotecas. Assim, é fundamental refletirmos sobre as questões de políticas públicas do Estado e da iniciativa privada que visam uma ampla democratização da leitura e da informação. Por fim, ressaltamos diversas iniciativas que têm transformado vidas e que seguem no sentido da educação e de um maior aprimoramento cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Democratização; Leitura; Acesso; Informação; Tecnologia.

DEMOCRATIZATION OF ACCESS TO READING AND INFORMATION IN BRAZIL

ABSTRACT: This article discusses historical processes in Brazil regarding access to reading and information. While the Brazilian State reflects on the control of information, we will see that this situation also concerns the scarcity of reading, as well as access to collections and libraries. Thus, it is essential to reflect on the public policy issues of the State and the private sector that aim at a broad democratization of reading and information. Finally, we highlight several initiatives that have transformed lives and that continue towards education and greater cultural improvement.

KEYWORDS: Democratization; Reading; Access; Information; Technology.

INTRODUÇÃO

O acesso à informação no Brasil

Na contemporaneidade, o acesso à informação diz respeito ao sinal de longo alcance da internet (*wi-fi*), disponibilizado pelas operadoras de internet, redes de distribuição e canais de TV aberta e streaming. No Brasil, o alcance desses sistemas, canais e mídias tem privilegiado, sobretudo, capitais e cidades de grande e médio portes, particularmente, nas regiões e bairros considerados “nobres” – processo excludente que revela estratificação social e dificultado bastante a universalização do acesso à internet, sobretudo, dos moradores das zonas rurais, dos quilombolas, indígenas, de cidades pequenas e periferias, enfim, da população pobre e preta, isso porque, ao priorizar grandes centros econômicos tanto o Estado quanto o *establishment* econômico em geral estabelecem uma dinâmica em que a leitura e a informação permanecem distantes da visão de democracia, uma vez que o acesso ao letramento e à informação é direito fundamental para a formação e a cidadania de um povo. Consolidada no século XXI, essa concepção aponta que este processo excludente trata-se de algo intencional ao revelar não apenas descaso, mas prioridade pelos espaços burgueses com sinal de melhor qualidade, seja *wi fi*, *streaming* ou telefonia móvel, pacote de dados e até a existência de agências dos Correios.

Por isso, é urgente e necessária a relação entre sociedade civil e direito à informação. Valentin (1995) acredita que a democratização do acesso à informação passou a ser enquadrado como prioridade para que se garanta a ideia de cidadania. Da mesma forma, Araújo (1991) defende a concepção de que leitura e informação devem ser vistas como fontes de poder por aqueles que as detêm, fruto de uma sociedade que deveria garantir o conhecimento de forma igualitária, onde o saber tem enorme valor, daí a importância de que todos, indiscriminadamente, precisam ter acesso universal à leitura, à internet, aos acervos e aos meios de comunicação. Só assim a realidade desses indivíduos caminhará para a percepção plena de cidadania, pois esses acessos farão toda a diferença em seu letramento e qualificação, isso porque desinformação e falta de acesso à mídia provocam profunda desagregação social.

Essa realidade se destaca tristemente, sobretudo, quando ressaltamos o acesso garantido no Brasil pela Constituição Federal de 1988 e que segue os fundamentos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, carta de princípios humanos que lista as necessidades básicas de toda pessoa, aí incluídos os direitos à educação, informação, leitura e saber.

É exatamente por isso que a desinformação e falta de acesso à leitura são lacunas bastante preocupantes em nossa sociedade, situação que só reforça a provável intenção

de exclusão e permanência da ignorância intelectual. Segundo Yara Mendes Duarte:

Essa sociedade da desinformação é facilmente manipulável, coagida e incentivada a permanecer em seu status quo para a manutenção do poder, que muitas vezes não visa ao interesse das minorias. As possibilidades de emancipação se tornam cada vez mais escassas. Como já citado, o acesso e os recursos informacionais são fatores fundamentais para o desenvolvimento social, cultural e econômico de um país¹ (DUARTE, 2021, p. 20).

Assim, na contemporaneidade, refletirmos sobre o poder da informação, o acesso de todos e todas às mais variadas formas de leitura, mídia e aos diversos formatos de acervos impressos (a existência de bibliotecas, sobretudo, em cidades pequenas é um diferencial, além de provocar a leitura e o acesso a revistas e jornais impressos) e digitais² (*instagram, facebook, tik tok, youtube* etc.) nunca se impôs como algo tão vital, urgente e democrático.

Shera cita Platt ao reafirmar sobre a importância da informação para o homem e à sociedade contemporânea, uma vez que Platt já via a informação desde 1959 como necessidade prioritária de um cidadão, aliás, necessidade e direito que devem caminhar próximos às necessidades de ar, água, alimentação e moradia. Segundo ele, o homem desprovido de informação define-se pela ausência do fluxo informacional contínuo e novo. É dessa forma que ler, escrever, alfabetizar-se e ter acesso gratuito às mídias são direitos garantidos pela lei brasileira. PLATT afirma:

Assim como a necessidade de informação orienta o indivíduo, assim também orienta sociedades. É a base do comportamento coletivo, tanto quanto do comportamento individual. Assim como o cérebro se deteriora quando privado de informação, assim também a sociedade, se se quer evitar-lhe a decadência, deve fazer constante provisão para aquisição e assimilação de novas informações (PLATT apud SHERA, 1960, p. 19-21).

ESCOLA, COMUNICAÇÃO E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

A informação tem o poder de orientar, gerar conhecimento e auxiliar na tomada de decisões, tanto no âmbito pessoal quanto profissional, assim como, também deve ser utilizada para evitar a propagação de mentiras, informações e notícias falsas e distorcidas, como são o caso das chamadas *fake news*, contribuindo, dessa forma, para a verdadeira informação, daí a importância de serviços de checagem e averiguação das fontes³, como o local e quem as produziu. Saber a origem das informações que consumimos diariamente

1 Duarte, Yara Mendes. A Sociedade da Desinformação e os Desafios do Bibliotecário em Busca da Biblioteconomia Social. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8677/1/A%20Sociedade.pdf>>.

2 A informação digital trata-se, portanto, de toda informação passível de ser armazenada ou transferida eletronicamente através da tecnologia, daí a importância da internet, rede que tem na sua base a democratização do acesso às informações, seja via texto, foto, vídeo, áudio etc., o que provocou verdadeira revolução na forma de as pessoas estudarem, pesquisarem etc.

3 A Agência Lupa foi a primeira agência de *fact-checking* brasileira, cuja missão é checar a veracidade das informações que circulam em sites e nas redes sociais. A Lupa é, portanto, um *hub* de combate à desinformação por meio do jornalismo e da educação midiática.

trata-se de atividade imprescindível, principalmente, aquelas que acessamos através de sites e redes sociais (whatsapp, *instagram* e *facebook*) por se disseminarem rapidamente através da internet.

A aprovação pelo Congresso do Projeto de Lei das Fake News⁴, por exemplo, trata-se de esforço atual para se tentar separar a verdade da mentira, além de punir aqueles que disseminam mentiras e distorções.

A internet conectada aos dispositivos móveis tem integrado a vida de milhões pessoas, seja no trabalho, escola, universidade e residências. Enfim, em diferentes contextos e situações, a internet se impõe como fonte única para o cidadão se comunicar e trocar idéias e informações, por isso as tecnologias digitais com acesso à internet há muito têm direcionado e modificado a forma como as pessoas se relacionam e acessam, armazenam, disseminam, recuperam e comunicam informações.

Neste contexto, pode-se inferir que a informação digital é de fundamental importância no mundo contemporâneo. Ou seja, quem atualmente não dispõe de acesso à internet, tão pouco tem celular, tablet ou notebook conectados à internet, se encontra completamente à margem não apenas das informações digitais, mas de toda uma sociedade civil organizada.

Os ambientes escolares e universitários refletem essa realidade. Para Rosa (2013), uma sociedade capaz de atingir a “emancipação digital”, citando Schwartz (SCHWARTZ, 2006) e “inclusão digital autônoma” por (SILVEIRA, 2008) traz a escola para o centro da discussão como meio de divulgação primordial para o início do processo pedagógico e de formação, ou seja, para o letramento escolar e digital; é quando o sujeito passa a adquirir olhar crítico e começa a exercer seu direito à cidadania, algo que vai além do acesso às novas tecnologias.

A informação no formato digital trata-se, portanto, da realidade do mundo globalizado, onde diferentes conexões são formadas pelo simples fato de alguém ter acesso à internet. Contudo, o abismo social histórico e reiterado continuamente pela sociedade brasileira trata-se de “fato” que mantém excluída extensa camada da nossa população, além de agir como instrumento de exclusão e de controle da informação – controle perverso que atinge, limita e silencia indivíduos.

Contudo, segundo a Cetic.br (2021), o Brasil indica um lento avanço no acesso pela população das TICs, as tecnologias de informação e comunicação, por acreditar na: “criação de oportunidades nos mais diversos setores (como na educação e saúde) e para a atuação de empresas e do serviço público”. Uma vez que o acesso à comunicação, especificamente a internet, segue de forma não homogênea é urgente a adoção de normas legais que facilitem e ampliem o acesso de todos/as às novas tecnologias a fim de que seus direitos de se informar e ter acesso à educação, letramento, moradia etc. sejam garantidos.

Nesse esforço, o Ministério da Educação⁵, órgão responsável no Brasil pela

4 Projeto de Lei nº 2630, de 2020.

5 Segundo a Portaria do MEC, essa rede de inovação ficará responsável pela aquisição, criação e disponibilização dos

elaboração e execução da Política Nacional de Educação, homologou a portaria nº 865, de novembro de 2022, a fim de instituir a Rede de Inovação, processo que vem discutindo a implementação de um novo Ensino Médio no país, algo que se encontra neste momento ainda em discussão pelas prefeituras, estados e pelo Governo Federal.

INICIATIVAS DE APOIO À LEITURA NO BRASIL

Criado em 1992, o Proler, Programa Nacional de Incentivo à Leitura, trata-se do programa brasileiro de incentivo à leitura mais duradouro. Vinculado à Fundação Biblioteca Nacional e organizado por estados, municípios e ONGs, a missão do Proler é promover a valorização da leitura e contribuir com o aumento do número de leitores no Brasil. Constituído por 62 comitês instalados em todo o país, o Proler parte do princípio de que a leitura deve ser incentivada desde a mais tenra idade, tentando assim desenvolver uma política pública que amplie cada vez mais o gosto pela leitura e também pela literatura não só de ficção, mas, também, científica, de história em quadrinhos, etc., onde cada leitor/a pode desenvolver a imaginação através de livros físicos e digitais.

Na análise de Ligia Maria Moreira Dumont (2020) existem três componentes para a efetivação da leitura. São eles: contexto, sentido e motivação. Para ela:

Os textos circulam e atingem o público leitor. Isso não quer dizer que os livros, publicações periódicas, jornais, bem como outros tipos de suportes, incluindo as digitais e redes sociais que viabilizam toda manifestação escrita, transformam-se em produto que introjeta conteúdo, o sentido explícito, ou mesmo implícito, da escrita. É por intermédio do exercício da leitura, efetivada paulatinamente de forma democrática e cada vez mais crítica e plural, podendo ser auxiliada por especialistas, que se adquire tal habilidade, não através da simples imposição (DUMONT, 2020, p. 49).

No livro *O que é leitura*, da mesma forma que Dumont, a autora Maria Helena Martins (1994) apresenta os cinco sentidos como elementares para a leitura. Para ela:

A visão, o tato, a audição, o olfato e o gosto podem ser apontados como os referenciais mais elementares do ato de ler. O momento inicial da criança com o mundo ilustra a leitura sensorial. Essa leitura começa muito cedo e nos acompanha por toda a vida. Assim, quando uma leitura — seja do que for — nos faz ficar alegres ou deprimidos, desperta a curiosidade, estimula a fantasia, provoca descobertas, lembranças — aí deixamos de ler apenas com os sentidos para entrar em outro nível de leitura — o emocional, a leitura racional salienta seu caráter eminentemente reflexivo e dinâmico. O leitor sai de si, em busca da realidade do texto lido, sua percepção implica uma volta à sua experiência pessoal e uma visão da própria história do texto, estabelecendo-se, então, um diálogo entre este e o leitor com o contexto no qual a leitura se realiza. (MARTINS, 1994, p. 40).

Contudo, incentivar a leitura no Brasil tem sido um enorme desafio, isso porque pesquisas recentes apontam que a prática da leitura no país ainda é atividade restrita, recursos tecnológicos, entre outras estratégias, como a capacitação técnica para a utilização dos ambientes tecnológicos proporcionados pelas TICs.

conforme pesquisa realizada pelo Instituto Pró Livros, que, em sua quinta edição, apontou que, em poucos anos, o Brasil perdeu mais de 4,6 milhões de leitores. Este levantamento ouviu mais de oito mil pessoas em 208 municípios no período entre Outubro de 2019 e Janeiro de 2020.

Realizada em 2020, a pesquisa intitulada *Retratos da Leitura no Brasil* revelou que: “De 2015 para 2019, a porcentagem de leitores no Brasil caiu de 56% para 52%. Já os não leitores, ou seja, brasileiros com mais de cinco anos que não leram nenhum livro, nem mesmo parte, nos últimos três meses representam 48% da população” (Agência Brasil, 2020), o que equivale a cerca de 93 milhões de um total de 200 milhões de habitantes.

O estudo apontou ainda que a internet tem ocupado muito espaço no tempo livre entre todos os entrevistados, leitores e não leitores (Agência Brasil, 2020). Segundo os dados apresentados, em 2015, o número de brasileiros que usava a internet era de 47%. Em 2022, o número subiu para 66%. Contudo, enquanto dois terços da população brasileira acessa à internet ainda existe uma legião de crianças e adolescentes excluídos/as e expostas a situações de vulnerabilidade social – realidade que pode ser revertida não apenas com uma política pública mais arrojada que garanta acesso à internet, mas, também, mais apoio de empresas privadas para pessoas e ONGs que promovem a democratização do acesso à leitura, à educação e à informação.

As dificuldades de acesso à leitura no Brasil são imensas, o que requer dos centros de informação, como bibliotecas, escolas e até dos núcleos familiares, uma constante reflexão no letramento e acesso à leitura como elemento cultural e do conhecimento de um povo, por isso torna-se crucial incentivar novas práticas legais e laborais para integrar ainda mais a sociedade civil contemporânea brasileira num projeto coletivo em prol do conhecimento, da leitura e da informação – atitudes importantes que possam reverberar em grupos e nichos sociais.

Com o pensamento voltado para o efetivo exercício da cidadania, ações de ampliação do acesso à leitura e à informação são fundamentais por visarem uma maior inclusão e um olhar mais humano a parcela importante de um povo historicamente excluído de bens e equipamentos culturais (museus, cinemas, teatros, livrarias, bibliotecas etc.), à escolarização, sobretudo, superior e, finalmente, à internet de qualidade, por isso é tão crucial a abertura de acervos físicos e digitais a fim de ressaltar o papel do Estado, da iniciativa privada, do terceiro setor e de todos/as na abertura e democratização desses espaços.

Assim, de que forma é possível gerar e ampliar o conceito de cidadania e inclusão social do saber atrelado à leitura? Iniciativas importantes começam a provocar novas realidades, a exemplo do Projeto Janela Literária, liderado pela bibliotecária Cátia Lindemann e que tem promovido a implementação de bibliotecas em presídios. Nesse sentido, a PERG, Penitenciária Estadual do Rio Grande, trata-se de iniciativa que merece destaque por colaborar na reintegração do apenado à sociedade e na educação oferecida

dentro do espaço prisional, reforçando o pensamento científico e crescimento intelectual como agentes transformadores do contexto social adverso e marcado pela exclusão, onde essas pessoas apresentam baixa escolaridade e letramento.

Baseado no pensamento assertivo de ampliar o acesso à informação, a Declaração de Lyon, assinada em agosto de 2014 por mais de 600 organizações, inclusive pela Fundação Biblioteca Nacional e, também, pelo IBICT, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, firmou pontos capazes de reforçar uma maior abrangência dos grupos minoritários que apresentam dificuldade de emancipação, incluindo “mulheres, povos indígenas, minorias, imigrantes, refugiados, pessoas com deficiência, idosos, crianças e jovens” (Ifla, 2014, p. 2). A emancipação dos indivíduos foi o elemento norteador e motivador para a assinatura dessa declaração. Seus pontos principais concatenam o acesso à informação e à leitura como formas de desenvolver e capacitar as pessoas, especialmente excluídas, marginalizadas e os que vivem em situação de rua. Só assim, ao lado da sociedade civil organizada e com apoio do Estado, é possível executar políticas públicas eficazes a fim de garantir os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Políticas públicas e privadas felizmente têm sido desenvolvidas em prol da leitura e da literatura no país. Criado em 2006, o projeto “Viva Leitura” tem integrado ações do PNLL, Plano Nacional do Livro e Leitura, a fim de incentivar leitores no país e mapear outras ações de fomento à leitura fora da esfera governamental. Criado em 2018, o PNLD, Programa Nacional do Livro Didático, objetiva levar obras literárias às escolas na educação infantil, ensino fundamental e médio, enquanto o PNLE, Plano Nacional de Leitura e Escrita, tem contribuído para a universalização do direito ao acesso ao livro, à escrita, à literatura e às bibliotecas. Por fim, vale destacar a Plataforma Pró-Livro, ferramenta digital que mapeia ações com o intuito de promover leitura e formação de leitores, além de difundir conhecimento através de acervos literários, fotográficos, iconografias e músicas.

Com a cultura digital, a leitura pode ser disseminada de várias formas. Na Bahia, o coletivo Oxe tem mapeado ações de incentivo à leitura, ao livro e à literatura em todo o estado. Este coletivo⁶ integra o projeto Percursos da Leitura na Bahia, que pode ser acessado no site do projeto. Por fim, o projeto “Leia Mulheres”, de Feira de Santana, e “Café com História”, acessado via Instagram, Facebook e TikTok, ações que abrem espaço para a divulgação de produções artísticas através de lives e publicações.

CONCLUSÃO

No tema da leitura e da informação uma indagação fundamental se impõe: Como aprender a se expressar, a argumentar e a escrever se o indivíduo não adquirir o hábito da leitura? Assim, para escrever é necessário, antes de mais nada, que este indivíduo seja um leitor, por isso a questão da leitura e da escrita nos leva imediatamente à criação de

⁶ Site com o resultado do mapeamento das iniciativas de incentivo à leitura na Bahia. Disponível em: <https://percursos-daleituranabahia.com.br/home/>

mais espaços públicos destinados aos livros, à literatura e à leitura, daí a importância das bibliotecas como centros vivos de eventos, leitura e troca de saber.

De fato, bibliotecas são centros de informação importantíssimos para a geração e difusão do conhecimento. Diferentes livros, periódicos, revistas, jornais e outros documentos digitais circulam numa biblioteca justamente por se tratar de espaços de convívio social, cultural e de troca – referências que permeiam a cultura de um povo. Desde sempre, as bibliotecas são ou ao menos devem almejar tornarem-se espaços lúdicos e vitais para as formações humana e profissional, sobretudo, neste momento, quando se adaptam à realidade digital.

Estas bases dizem respeito, ainda, às pessoas se tornarem economicamente e culturalmente ativas, produtivas e inovadoras, além de aprenderem novas habilidades e poderem enriquecer suas identidades ao lado de transparência, boa governança, participação e empoderamento possíveis de serem adquiridos a partir do consumo de bens culturais e do acesso à internet. É, portanto, inadiável que o estado brasileiro se junte às forças da sociedade civil organizada a fim de firmar um real compromisso para se estabelecer e ampliar a redemocratização do acesso à leitura, à informação, à cultura, à mídia e, portanto, ao saber. Só assim poderemos ter uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil perde 4,6 milhões de leitores em quatro anos**. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-09/brasil-perde-46-milhoes-de-leitores-em-quatro-anos>.

ARAÚJO, V. M. R. H. **Informação: instrumento de dominação e de submissão**. Ciência da Informação, v. 20, n. 1, p. 37-44, jan./jun. 1991. Disponível em: <goo.gl/QQTCCA>.

BAHIA. Mapa de ações de leitura no território baiano. 2021. Disponível em: <https://percursosdaleituranabahia.com.br/home/>

BRASIL. PORTARIA MEC Nº 865, de 8 de Novembro de 2022. <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-oficialmente-a-rede-de-inovacao-para-educacao-hibrida-em-todo-o-pais>.

CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros [livro eletrônico] : TIC Domicílios 2021**. Survey on the use of information and communication technologies in Brazilian households : ICT Households 2021 / [editor] Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- 1. ed. -- São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20221121125504/tic_domicilios_2021_livro_eletronico.pdf

DUARTE, Yara Mendes. **A Sociedade da Desinformação e os Desafios do Bibliotecário em Busca da Biblioteconomia Social**. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8677/1/A%20Sociedade.pdf>>.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. Construtos próprios sobre leitura na Ciência da Informação. In: DUMONT, Lígia Maria Moreira (org.). **Leitor e leitura na Ciência da Informação: diálogos, fundamentos, perspectivas**. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2020. cap. 1, p. 21-52.

FELIZARDO, Ana Paula. **Breve Apresentação do filósofo Byung-Chul Han**. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/humanitas2/wp-content/uploads/2019/09/Breve-apresentação-de-Byung-Chul-Han.pdf>

IFLA – FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **Declaração de Lyon sobre o Acesso à Informação e Desenvolvimento**. 2014. Disponível em: <https://www.lyondeclaration.org/content/pages/lyon-declaration-pt.pdf>.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. PNLL MEC – Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pnll>.

MORAIS, Renata Ribeiro. Políticas públicas e privadas para fomentar a leitura e literatura no Brasil. Disponível em: <https://www.coletivoleitor.com.br/cinco-politicas-publicas-e-privadas-que-ajudam-a-fomentar-a-leitura-e-a-literatura-no-brasil>.

PLATT, John Rader. **The Fifth Need of Man**. Horizon, v. 1, n.6, 1959.

ROSA, F. R. **Inclusión digital como política pública: disputas en el campo de los derechos humanos**. In: Revista Internacional de Derechos Humanos, [s. l.], p. 33-55, 2013. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r32486-1.pdf>.

ROSA, Fernanda Ribeiro; DIAS, Maria Carolina Nogueira. 2012. **Para um indicador alfabetização digital: uma abordagem sobre competências e habilidades em TICs**. 106 f.

SANTOS, Rogério Santana dos. **A inclusão digital requer novo pacto social entre governos e sociedade**. Inclusão Social, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 24-27, out./mar. 2005. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/100731>.

SHERA, Jesse H. **Social epistemology, general semantics, and libraries**. Year book of the Institute of General Semantics, 26, v. 27, p. 19-21, 1960.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. 2008. **Uma noção de exclusão digital devido aos requisitos de uma cibercidade**. In: HETKOWSKI, Tânia M. (Org.). *Políticas públicas e inclusão digital*. Salvador: EDUFBA.

SCHWARTZ, Gilson. 2006. **Educar para a emancipação digital**. In: **Reescrevendo a educação: propostas para um Brasil melhor**. São Paulo: Ática; Scipione; Fundação Victor Civita, p. 125-133. Disponível em: <http://oei.es/pdfs/reescrevendo.pdf>

VALENTIM, M. L. G. P. **Assumindo um Novo Paradigma na Biblioteconomia**. Informação & Informação, v. 0, n. 0, p. 2-6, 1995. Disponível em: <https://goo.gl/enXKvi>.